



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CRA

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, *caput*, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Luiz Paulo Teixeira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações a respeito das medidas que estão sendo tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), frente a iminente onda de invasões de terras, que são motivadas pelo “abril vermelho”, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Além disso, prestar informações sobre a atuação da pasta que comanda acerca da Lei nº 14.701/2023, e detalhar sua participação na Comissão Especial de Conciliação instaurada na ADC nº 87/DF, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Na eminência de inciarmos o mês de abril, historicamente conhecido como o período mais crítico em relação às invasões de terras, vinculados aos “movimentos sociais”, estamos prestes ao prelúdio do caos, intitulado como “abril vermelho”. Em virtude disso, é fundamental, esclarecer quais ações/procedimentos o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), está adotando para prevenir e combater essas ocupações ilegais que vêm se repetindo ano após ano e sendo tratadas como uma espécie de tradição por determinados grupos.



Relembrando, **em 2024**, no período do “abril vermelho”, foram registradas **31 ocupações** em diversos estados, incluindo Bahia, Pernambuco, Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Sergipe, Paraná, Rio Grande do Norte e Pará. Para 2025, antes mesmo do início de abril, já foram anunciadas novas ameaças por parte dos movimentos sociais, indicando uma escalada preocupante nas ocupações rurais. Apenas nos primeiros meses do ano, o MST já realizou cinco invasões, evidenciando a necessidade de ações do poder público para evitar que a situação se agrave.

Além do supracitado, a recente solicitação de alteração na PLOA, destinada a alocar R\$ 850 milhões no Orçamento de 2025 para possíveis ações ligadas ao MST, incluindo R\$ 400 milhões para aquisição de alimentos da agricultura familiar e R\$ 350 milhões para o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, levanta questionamentos sobre o alinhamento do governo com essas entidades e as medidas que serão adotadas para evitar que esses recursos incentivem novas invasões.

Noutro contexto, a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), levanta preocupações adicionais. Diversos atos administrativos foram proferidos já sob a vigência da Lei nº 14.701/2023, incluindo portarias de demarcação de terras indígenas, o que pode gerar disputas a depender das decisões administrativas caso sejam, contraditórias ou mal fundamentadas, criando um terreno fértil para as ocupações ilegais. Nessas circunstâncias, movimentos como o MST podem explorar essas brechas para justificar as invasões.

No mesmo sentido, mostra-se imprescindível que o MDA esclareça sua participação na Comissão Especial de Conciliação na ADC nº 87/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF). Dada a obrigação desse órgão de cumprir e respeitar as leis em vigor, é necessário compreender qual tem sido sua postura dentro desse processo.



Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste requerimento de convocação.

Sala da Comissão, 31 de março de 2025.

Senador Marcos Rogério
(PL - RO)

